

ESTUDOS PARA A PAZ: TÊM COR?

Bruana Lara Ribeiro¹

Trabajo preparado para su presentación en el XI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política y la Asociación Chilena de Ciencia Política, Santiago, Chile, 21, 22 y 23 de julio 2022.

Resumo:

A branquitude é entendida como o lugar mais elevado da hierarquia racial e, por consequência, da hierarquia social. Ela se utiliza de mecanismos de neutralidade e normalização, trata-se de um poder de classificar o Eu como branco e universal e o Outro como não branco e limitado. O objetivo desta pesquisa é investigar o conceito de branquitude enquanto elemento fundacional do campo dos Estudos para a Paz. Para os fins desta investigação, o conceito de branquitude não é tratado como um fenômeno social, mas sim como um elemento político e ideológico enquanto formador de conhecimento dentro dos Estudos para Paz. O artigo apresenta uma estrutura de análise dos discursos produzidos na literatura a partir do posicionamento da branquitude por meio da literatura produzida na área dos Estudos para Paz. Para a realização deste trabalho utiliza-se uma abordagem crítica da marginalização e ausência da problematização de questões raciais pelas teorias e narrativas dominantes no campo. A pesquisa faz uso do método indutivo, partindo da conjectura de que a branquitude interfere na formação dos Estudos para Paz no meio acadêmico. A pesquisa emprega a técnica de revisão de literatura, ancorada e desenvolvida por meio de leitura, análise e interpretação dos textos disponíveis sobre o assunto. O artigo é dividido em duas seções, a primeira trata do conceito de branquitude, enquanto que a segunda contextualiza a forma como esse conceito atua na construção de saberes dentro da área de Estudos para Paz.

Palavras-chave: Branquitude, Estudos para a Paz, Racismo.

Introdução

O pensamento acerca da paz remonta à antiguidade, mas os Estudos para Paz, enquanto área disciplinar organizada e institucionalizada, são muito recentes, datando do período após a Segunda Guerra Mundial. Eles surgiram da necessidade de uma ciência voltada para o estudo

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, no Brasil. O presente trabalho se dirige ao eixo temático “Producción y Enseñanza de la Ciencia Política”.

das formas de prevenção a futuras guerras e para que a promoção da paz contasse com fundamentos teóricos mais profundos.

Os Estudos para Paz constituem-se como um campo dentro das Relações Internacionais (RI), evoluindo de forma relativamente autônoma ao longo dos anos, em especial ao propor a ruptura do pensamento tradicional de que a paz era alcançada somente por vitórias militares em guerras inevitáveis. Ao contrário dessa linha, os Estudos para Paz assumiram o compromisso da não violência e da organização das relações sociais de forma pacífica, caracterizando-se pela interdisciplinaridade, de que se vale para buscar promover a paz por diversos meios e de forma abrangente à população mundial.

No momento em que as questões que permeiam o núcleo das relações conflituosas de determinada situação tornam-se perceptíveis, a área dos Estudos para Paz volta a atenção para os meios de controle e resolução desses conflitos, procurando solucioná-los de maneira pacífica. Para tanto, a agenda dos Estudos para Paz inclui a avaliação de diversos aspectos a nível mundial, nacional e até mesmo regional, que demonstram a importância das questões a serem consideradas, e evidencia a relevância desse campo de estudos.

Apesar de ser uma área que primou pela quebra de paradigmas tradicionais, os Estudos para Paz, a exemplo das RI, não conseguiram superar a marginalização de determinados temas, em especial os de cunho racial, não logrando integrá-los de maneira satisfatória em suas abordagens teóricas, e nem superar um ponto de vista baseado substancialmente em uma visão ocidentalizada do mundo.

Nesse sentido, existem importantes estudos que analisam como a raça e o racismo são tratados dentro das RI (DOTY, 1993; MITTELMAN, 2009; TUCKER, 2018; SABARATNAM, 2020), e que demonstram que a relação da área com o tema é problemática, existindo omissão, marginalização ou até mesmo a distorção da realidade pelos pesquisadores ao analisarem os fatos por uma perspectiva eurocêntrica², caracterizada pela branquitude.

Esse conceito pode ser descrito como um lugar de privilégio conquistado pelo sujeito a partir da cor de sua pele. Como herança da colonização, a branquitude utiliza-se de mecanismos

² No sentido em que se busca tratar no artigo, o termo não se limita a uma perspectiva geográfica da Europa, mas como uma unidade cultural, política e social caracterizada pelo termo 'ocidental', com limites e fronteiras relativamente difusos, e que abrange, comumente, os Estados Unidos da América e o Canadá, podendo englobar também, de acordo com algumas classificações, países como a Austrália, Nova Zelândia, Israel e Japão. Mais significativamente, esse entendimento exclui a maior parte da Europa Central e Oriental (com foco no antigo bloco de países comunistas) e a América Latina.

de neutralidade e normalização para poder classificar o Outro como não branco e limitado e o Eu como branco e universal. Para além disso, outro legado deixado pelo processo colonizatório foi o controle dos europeus sobre a construção e produção de conhecimento, privando os povos colonizados dos seus próprios saberes.

Nesse sentido, busca-se investigar a influência da branquitude, e mesmo da não influência de olhares diversos a essa experiência, enquanto um elemento formador de conhecimento dentro das RI, com foco no campo dos Estudos para Paz, podendo a análise ser proveitosa para a compreensão das questões raciais que permeiam a área e para a promoção da resolução pacífica de conflitos. É importante salientar que o artigo não procura questionar a cor da pele dos pesquisadores, mas de examinar como a branquitude, enquanto um componente que penetra a subjetividade dos indivíduos, é capaz de influir o desenvolvimento de saberes.

Para a elaboração do trabalho, utiliza-se a revisão de literatura, ancorada e desenvolvida por meio de leitura, análise e interpretação dos textos disponíveis sobre o assunto. Este trabalho é parte da pesquisa de dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná acerca da influência da branquitude no campo dos Estudos para Paz.

O trabalho é dividido em duas seções, sendo que a primeira trata do conceito de branquitude enquanto elemento resultante da colonialidade, ao passo que a segunda contextualiza a forma como essa definição atua na construção de saberes dentro da área de Estudos para Paz, trazendo à baila a discussão sobre epistemologias da ignorância.

Branquitude

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que a relação colonial deixou marcas na subjetividade dos indivíduos e determinou os lugares na sociedade para brancos e não brancos. A partir da ideia de colonialidade do poder, algumas identidades denotam superioridade sobre outras, e “tal grau de superioridade se justifica em relação aos graus de humanidade atribuídos às identidades em questão. De um modo geral, quanto mais clara a pele, mais próximo está de representar o ideal de uma humanidade completa” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 132).

Nesse sentido, um elemento resultante da estrutura colonialista é a branquitude (SILVA, 2017), elemento que foi constituído a partir de uma posição racial, social e histórica

de superioridade (SCHUCMAN, 2020), motivo pelo qual os brancos obtêm privilégios simbólicos, mesmo que involuntariamente (BENTO, 2002).

A formação da branquitude ocorreu a partir de processos históricos iniciados com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão. E por assim desenvolver-se que ela passou a ser constituída como um modo ideológico de compreender a realidade a partir de uma posição de poder, onde os brancos fazem de sua identidade racial a norma e padrão sociais, e dessa forma outros grupos, não brancos, aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores (SCHUCMAN, 2020).

Os estudos sobre raça e racismo nos Estados Unidos iniciaram uma mudança em seu enfoque a partir da década de 1990. Esse movimento de mudança ocorreu com a transferência do olhar dos ‘outros’ para o ‘eu’, ou seja, para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça, os brancos (SCHUCMAN, 2020).

Piza (2014) caracteriza o olhar branco sobre o mundo como neutro, incolor, transparente, como vidraças e portas de vidro extremamente polidas, que não se consegue vê-las. Mas, segundo ela, à medida que se buscam os sinais dessa ‘invisibilidade’, se descobre também os vãos da porta, que se constituem como as possibilidades de estudo sobre a branquitude.

Ao entender a existência de um lugar de privilégio garantido ao branco, definir o conceito de branquitude é essencial para poder entender melhor o modo como ela opera. Em suma, a branquitude pode ser entendida como “um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade” (BENTO, 2002, p. 5). Já Schucman (2020) define a branquitude como “uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (p.60-61).

A branquitude pode ser entendida como o lugar mais alto da hierarquia racial (MÜLLER; CARDOSO, 2017) e, por consequência, da hierarquia social. Ela utiliza-se de mecanismos de neutralidade e normalização que lhe conferem o poder de classificar o Eu como branco e universal e o Outro como não branco e limitado. Assim, a branquitude entende a ela mesma como a ausência de raça, um status igual e uma história comum da qual todos

compartilharam, sendo dessa forma o privilégio branco conceitualmente apagado (MILLS, 2007).

Frankenberg (1993) argumenta que a branquitude possui um conjunto de dimensões vinculadas e de práticas culturais que geralmente não são marcadas nem nomeadas, e se constitui como um lugar de onde o branco vê os outros e a si mesmo: um lugar de vantagem estrutural e de privilégio racial. Trata-se de um local confortável, a partir de onde se pode atribuir ao Outro aquilo que não atribui a si mesmo, e que garante uma sensação de que o indivíduo branco não representa nada além das próprias individualidades³ (PIZA, 2014).

Ao Outro não é atribuído esse privilégio, pois ele sempre é chamado a falar por todos de seu grupo racial. Um negro representa todos os negros, enquanto que um branco representa apenas a si mesmo (PIZA, 2014). Piza (2014) nomeia essa visibilidade grupal excessiva do Outro e a individualização intensa do branco como ‘lugar’ de raça. Esse lugar é o

[...] espaço de visibilidade do outro, enquanto sujeito numa relação, na qual a raça define os termos [...] não se trata, portanto, da invisibilidade da cor, mas da intensa visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais, para uns, e a neutralidade racial, para outros. As consequências dessa visibilidade para negros é [sic] bem conhecida, mas a da neutralidade do branco é dada como “natural”, já que é ele o modelo paradigmático de aparência e de condição humana. (PIZA, 2014, p. 72).

Bento (2002) entende que a desvalorização do Outro como pessoa é o primeiro passo para a exclusão moral, a partir da qual o outro perde seu valor e passa a ser considerado indigno e, portanto, passível de ser prejudicado e explorado. Nesse ponto, torna-se fundamental questionar se a marginalização das discussões raciais dentro do campo dos Estudos para Paz também não seria um passo para a perpetuação da exclusão do Outro na produção de saberes.

Desse modo, a branquitude não é uma ‘identidade’ tanto quando um ‘ponto de vista’, que reproduz falhas significativas em teorias, distorce evidências de apoio e tem diversas

³ No entanto, mesmo que em geral a pessoa branca não se identifique como sujeito racializado, e que sua condição passe por natural, existe uma certa forma de ‘compromisso’ comum para a manutenção da estrutura racial que a privilegia. A essa situação, Maria Aparecida da Silva Bento (2002) cunhou o termo ‘pacto narcísico da branquitude’. Trata-se de um acordo não verbalizado, no qual brancos asseguram a outros brancos, seus iguais, um lugar de vantagem no processo de escolha e de julgamento. Os diferentes desse ideal da branquitude são excluídos do lugar de privilégio.

consequências disciplinares (SABARATNAM, 2020). A partir disso, a branquitude pode ser entendida como um par de lentes que desfoca a realidade e que faz o sujeito enxergar o mundo de uma determinada forma. Assim, reconhecida a existência do fenômeno, o estudo sobre a influência da branquitude na área dos Estudos para Paz é essencial para que se consiga enxergar o mundo como ele realmente é, sem as lentes da branquitude.

Também é importante salientar que a branquitude não está atrelada somente às questões genéticas, que se faz necessária para que o sujeito seja reconhecido como branco ao se aproximar de certas características fenotípicas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam (SCHUCMAN, 2020). Nesse sentido, ser branco possui significados distintos em diferentes lugares. Schucman (2020) dá como exemplo as situações dos Estados Unidos e do Brasil, sendo que naquele ser branco está estritamente ligado à origem étnica e genética, enquanto que neste está ligado à aparência, status e fenótipo.

Outra herança deixada pela colonização foi o controle sobre a construção e produção de conhecimento. Para isso, além de impor sua cultura aos colonizados, os colonizadores reprimiram as diversas formas de conhecimento e seu universo simbólico, e essa repressão foi tão violenta, profunda e duradoura, que condenou os colonizados a uma subcultura camponesa e iletrada, privando-os de seu próprio legado intelectual (QUIJANO, 2005). Assim, a colonialidade do conhecimento refere-se a práticas historicamente enraizadas e racialmente inflexíveis que habitualmente enaltecem as formas de conhecimento e os princípios geradores de conhecimento das culturas colonizadoras, enquanto relegam os das culturas colonizadas (TUCKER, 2018).

A partir da colonialidade do conhecimento, pode-se observar o controle europeu sobre a construção e produção de saberes, de modo universal e uniforme. Diante disso, os povos colonizados têm seus próprios conhecimentos relegados a um lugar de descrédito e classificados como não ciência, superstição ou mitologia.

Segundo Bento (2002), existe um silenciamento, caracterizado por uma cegueira acerca da interferência da branquitude como uma “guardiã silenciosa de privilégios” (p. 46). Privilégios esses que foram conquistados a partir da sujeição dos povos não brancos, com a imposição de violências físicas e simbólicas. Dessa forma, reconhecendo-se a condição de a branquitude não se enxergar como um fenômeno, bem como o seu poder de aniquilação e supressão cultural, é relevante a abordagem e discussão, na próxima seção, do papel dessa influência na construção de conhecimentos dentro do campo dos Estudos para Paz.

A influência da branquitude nos Estudos para a Paz

O pensamento sobre a paz existia já na antiguidade, estando presente em diversas tradições religiosas, correntes filosóficas e vertentes do movimento pacifista (ADOLF, 2009). Porém, o campo dos Estudos para a Paz foi concebido, enquanto área disciplinar organizada e institucionalizada, em universidades e centros de pesquisa, sendo dotada de um corpo teórico próprio e de publicações e fóruns de discussão especializados, no final da década de 1950, nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2017).

Os primeiros marcos na pacificação do século XX foram as Conferências de Paz de Haia. Na primeira conferência, iniciada em 1899 e ratificada em 1900, apesar de a Conferência não ter atingido seu objetivo quanto ao desarmamento, obteve grandes conquistas não planejadas, bem como os participantes se comprometeram a se reunir novamente para tratar sobre o desarmamento. Na segunda Conferência de Paz de Haia, ocorrida em 1907 e convocada por Theodore Roosevelt, o tema de desarmamento não foi abordado pois houve pressão da Rússia acerca da promoção de arbitragem internacional e as limitações da guerra. Uma terceira Conferência foi marcada para 1916, mas em 1914 a Europa, assim como a maioria dos países envolvidos, estava em meio à Primeira Guerra Mundial, conflito sustentado por décadas de acúmulo de armas que as Conferências não conseguiram impedir, mas haviam conseguido determinar os limites de sua utilização, pelo menos em teoria (ADOLF, 2009).

Durante a Primeira Guerra Mundial aconteceram diversas manifestações contra a guerra e em favor da paz, em diversas dimensões, dentro e fora da academia (ADOLF, 2009). Assim, durante a guerra, os movimentos de paz renovaram seus esforços para o desenvolvimento de uma ciência da paz com fundamentos mais profundos, para estudar formas de prevenir futuras guerras, particularmente na Europa e Estados Unidos, assim surgiram os Estudos para a Paz (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999).

Apesar de ser um campo dentro das Relações Internacionais, os Estudos para Paz evoluíram de forma relativamente autônoma ao longo dos anos (RICHMOND, 2020), assumindo uma identidade intelectual que se firmava em oposição à corrente realista das RI e aos estudos estratégicos. Ou seja, os Estudos para Paz propuseram a ruptura do pensamento tradicional de que a paz era alcançada apenas por vitórias militares em guerras inevitáveis, demonstrando que a paz “é um objeto de pesquisa acadêmica a ser estudado em seus próprios méritos e a ser colocado em prática através de políticas concretas” (OLIVEIRA, 2017, p.149).

Vale referir também que os Estudos para a Paz têm como característica a interdisciplinaridade, de modo que, embora mantenham seu foco nas ciências sociais, abrangem também as ciências naturais, físicas e humanas, enquanto o campo das RI tende a se localizar nas ciências sociais, especialmente na ciência política (STEPHENSON, 2008).

A característica interdisciplinar dos Estudos para Paz foi alvo de vigorosas críticas pela corrente realista predominante nas RI, que foram refutadas com vigor (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999). Para Galtung (1985), a definição dos Estudos para a Paz deve conter pelo menos três componentes: *paz* como valor explícito e foco de estudo, abordado de maneira *interdisciplinar e internacional*. As condições de interdisciplinaridade e internacionalidade foram direcionadas de acordo com a abordagem tradicional do campo. Deve ser interdisciplinar porque exige um esforço em preencher a lacuna entre as ciências sociais ‘tradicionais’ e as ‘modernas’ (GALTUNG, 1985).

A era moderna na pesquisa sobre a paz data do estabelecimento do *Journal of Conflict Resolution* na Universidade de Michigan, em 1957 e da fundação do *International Peace Research Institute* em Oslo (PRIO), em 1959 (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999). Este último teve início quando Galtung recebeu uma bolsa do *Institute for Social Research*, para elaborar um programa de pesquisa no campo dos estudos da paz (GALTUNG, 1985).

Nota-se que Johan Galtung é um importante estudioso dentro do campo dos Estudos para Paz. Ele foi o responsável pela teorização da noção de que a paz exigia não apenas a ausência de violência aberta, mas também de violência estrutural - efeito da exploração econômica e social (ROGERS; RAMSBOTHAM, 1999). Apesar disso, o pesquisador encontrou dificuldades na desmistificação da palavra ‘paz’. O PRIO foi o primeiro instituto após a Segunda Guerra Mundial a professar abertamente a dedicação ao estudo da ‘paz’ em seu próprio nome, o que foi difícil pois o seu significado ainda era problemático.

A paz era naqueles anos algo identificado no Ocidente com o comunismo, uma preocupação muito radical, assim como dez anos depois - no auge do neomarxismo na Europa Ocidental - se tornou o símbolo do conservadorismo. De "paz no mundo" como slogan de Moscou a "paz no Vietnã" como slogan de Washington, significando, grosso modo, o triunfo do comunismo no primeiro caso e a vitória dos Estados Unidos no segundo, a distância um curto. (GALTUNG, 1985, p. 141).

Outra dificuldade encontrada por Galtung foi a objeção à paz como objeto de pesquisa. Segundo ele, um alto funcionário do Ministério da Educação não foi solidário ao campo de estudos, se referindo à 'pesquisa de paz' como algo horrível, mas que à 'pesquisa de guerra' não poderia haver objeção (GALTUNG, 1985). A partir disso, Galtung (1985) acredita que a definição de paz deve ser problematizada, e não ser mascarada sob uma falsa objetividade pois, segundo ele, o processo de explicação do que é paz é em si um grande desafio intelectual.

Partindo desse pressuposto, Galtung (1969) refere que a ideia de que a paz é simplesmente a ausência de violência não é abrangente o suficiente, e a definição de violência deve ser suficientemente ampla para abranger todas as suas variedades significativas, mas, por outro lado, precisa ser específica para servir de base para ações concretas. Por exemplo, ao pesquisar sobre a Declaração Unilateral de Independência da Rodésia, Galtung (1967) tinha o objetivo de escrever sobre os efeitos das sanções econômicas contra o país. Porém, lá ele também observa que, apesar de não haver violência direta, e existirem harmonia, cooperação e integração entre a população, não havia paz. Isso porque havia a exploração explícita das pessoas negras e desigualdade salarial, uma vez que as pessoas brancas tinham o salário até 20 vezes maior, mesmo exercendo a mesma função que as pessoas negras (GALTUNG, 1985).

A partir disso, Galtung (1969) concebeu a ideia de violência estrutural, segundo a qual a violência faz parte de uma estrutura e aparece como um poder desigual e, conseqüentemente, reflete em oportunidades de vida desiguais. Essa situação é agravada se a pessoa de baixa renda não tiver uma educação formal adequada e se a qualidade do sistema de saúde for baixa. Essa conjuntura ocorre com frequência porque essas dimensões de classificação tendem ser correlacionadas devido à forma como estão ligadas na estrutura social (GALTUNG, 1969).

A ausência de violência pessoal não leva à uma condição definida positivamente, enquanto que a ausência de violência estrutural é chamada de justiça social, que é uma condição definida positivamente uma vez que dispõe de uma distribuição de poder e recursos de forma igualitária (GALTUNG, 1969). A partir disso “se o conceito de paz negativa se define pela ausência de violência direta, o conceito de paz positiva passa a ser definido como a ausência de violência estrutural e a ser articulado por Galtung através da noção de justiça social” (OLIVEIRA, 2017, p. 157).

Portanto, os Estudos para a Paz constituem um campo de pesquisa acadêmica que traz o compromisso mais claro e explícito com a não violência e a organização das relações sociais de forma pacífica (OLIVEIRA, 2017). A agenda dos Estudos para Paz inclui aspectos diversos,

como as causas da guerra, o desarmamento e o controle de armas, técnicas de resolução de conflitos, operações de paz, as migrações, a resistência não violenta, as várias formas de violência estrutural e cultural e a promoção da paz positiva (OLIVEIRA, 2017). Para Oliveira (2017), essa lista pode ser expandida para muito além, mas esses pontos demonstram que a agenda dos Estudos para Paz apresenta algumas das questões mais urgentes na atualidade, o que faz com que a relevância desse campo de estudos seja inquestionável.

A violência estrutural pode ocorrer nos âmbitos material e não material, sendo que neste último ela pode ocorrer através da identidade, da alienação e da morte espiritual (GALTUNG, 1985). A morte espiritual é forma de violência silenciosa, que trabalha através de estruturas exploradoras, produzindo fome e doenças, gerando a morte das pessoas uma a uma, de forma velada, sem que a sociedade perceba. E, por ser fácil de dissimular, é a forma de violência preferida pelas elites (GALTUNG, 1985). Nesse sentido, muitos atos violentos são legitimados nos dias de hoje através da ideia de raça e da gradual normalização desses atos, a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação (MALDONADO-TORRES, 2007).

À medida que as questões que permeiam o foco de conflito e de violência se tornam visíveis, o campo de pesquisa sobre a paz se volta para olhar tanto esses conflitos, como os meios para seu controle e resolução (STEPHENSON, 2008). Diante disso, entende-se que um passo importante para a transformação de uma estrutura violenta é entender como ela funciona (GALTUNG, 1985). Nesse sentido, muitos atos violentos são legitimados nos dias de hoje através da ideia de raça e da gradual normalização desses atos, a colonialidade do poder se refere a inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação (MALDONADO-TORRES, 2007).

Existem importantes estudos que analisam como a raça e o racismo são tratadas dentro das RI (DOTY, 1993; MITTELMAN, 2009; TUCKER, 2018; SABARATNAM, 2020), que demonstram que a relação da área com o tema é problemática, existindo omissão, marginalização ou até mesmo a distorção da realidade pelos pesquisadores, ao analisarem os fatos a partir de uma perspectiva eurocêntrica.

Doty (1993) observou uma ausência sistemática de discussões sobre raça na corrente dominante das RI, e que os estudos que abordam o tema não a definem, supondo que o leitor já sabe o que é. Ela demonstra que “a raça é tida como dada, um fato real e evidentemente neutro” (p. 448). Assim, a autora problematiza a conceituação de raça pelas discussões analisadas,

sendo que para ela o conceito e a natureza política da raça são obscurecidos, de forma que “a própria noção de raça como categoria está inerentemente ligada a práticas de exclusão e poder. O problema está no próprio conceito e como ele é geralmente definido e aplicado” (p.449).

Mittelman (2009) realizou uma busca nos títulos dos trabalhos apresentados nas reuniões anuais da *International Studies Association* (ISA), demonstrando que as palavras 'raça', 'racismo', 'racializado' e 'racista' aparecem apenas em 0,37 por cento desses títulos (80 de 21.688 títulos). Mesmo existindo palavras relacionadas, como 'etnia' e 'etnopolítica', o autor não encontrou a palavra 'raça' *per se* ou mesmo variantes da palavra. Segundo ele, “dado que os discursos são poderosos, a falta de indícios sobre raça nos principais estudos internacionais aponta para a tendência de evitá-la” (2009, p. 100).

Tucker (2018) observa que as discussões dentro das Relações Internacionais decoloniais apresentam a colonialidade como algo abstrato e indiferenciada da dominação racial e epistêmica. Isso porque, segundo ela, apesar de haver um grande número de discussões sobre o assunto, elas não detalham as formas concretas de opressão e lutas, tampouco existem esforços para especificar e descompactar os diversos elementos e mecanismos que contribuem para os padrões coloniais de hierarquização racial e opressão. Tucker (2018) critica a forma como o campo decolonial das RI tende a apresentar os conhecimentos, realidades e modos de vida marginalizados por vieses eurocêntricos e universais, como espaços em branco, como significantes vazios nas críticas que os estudiosos decoloniais têm feito aos modos dominantes de produção e organização do conhecimento na disciplina.

Sabaratnam (2020) realizou um estudo sobre a marginalização de discussões racializadas nas RI. Para isso, ela fez uso da análise de discurso de três textos canônicos da área, chegando à conclusão de que existe a marginalização da discussão sobre raça dentro da área. À vista desses três estudos, nota-se a importância acerca da configuração das discussões sobre raça e racismo no campo dos Estudos para Paz.

Segundo Mills (2007), o 'branco' na 'ignorância branca' não significa ser restrito aos brancos, pois os negros também podem manifestar a ignorância branca. Nesse sentido, Sabaratnam (2020) entende que, na teoria das RI, a branquitude não reside na cor da pele dos estudiosos, nas intenções conscientes ou nos locais de origem, mas nas maneiras pelas quais um conjunto de teorias, locais, suposições e compromissos epistemológicos naturalizam relatos racializados da política internacional, ou seja, baseados em hierarquias.

O posicionamento do indivíduo branco é caracterizado centralmente dentro do discurso por epistemologias de *ignorância, imanência e inocência*. (SABARATNAM, 2020). A epistemologia da ignorância ignora, naturaliza, obscurece ou até mesmo oferece resistência à fatos que chamam a atenção para as origens e reprodução de hierarquias políticas racializadas. Já a epistemologia da imanência é a crença que a teorização somente dos Estados brancos e ocidentais bastam para a compreensão da política internacional, e que a preocupação em relação à distribuição de poder, conflitos, cooperação e socialização só é justificável quando trata desses Estados. Por fim, a epistemologia da inocência se manifesta através da afirmação e defesa da respeitabilidade e boa-fé do Ocidente (SABARATNAM, 2020), ou seja, é uma forma de encobrir as práticas ocidentais e brancas sob o manto de supostas boas intenções.

Essas formas de posicionamento do sujeito são racializadas na medida em que assumem uma hierarquia de significado humano, sinalizam uma identificação com um conjunto de sujeitos históricos racializados pelos brancos e um investimento subjetivo em proteger ou justificar o privilégio e a supremacia branca existentes. (SABARATNAM, 2020, p. 12).

A branquitude se manifesta como um efeito de práticas específicas de representações e de maneiras pelas quais essas representações posicionam o sujeito em relação a um mundo constituído e produzido por meio de práticas racializadas. Assim, o posicionamento do sujeito fornece clareza metodológica para a explicação de como os textos teóricos funcionam para produzir relatos do mundo e porque esses relatos podem ser rotulados de ‘brancos’ (SABARATNAM, 2020).

Nesse sentido, merece atenção, pois exemplificativo da questão, o estudo de Galtung sobre os efeitos das sanções econômicas contra a Rodésia. Apesar de referir a flagrante desigualdade entre a população negra e a população branca no país, Galtung (1985) não adentra na discussão da desigualdade racial de forma mais profunda. Ele reconhece a desigualdade social e a hierarquia racial presente naquela população, mas ignora a possível discussão dos motivos que desencadearam aquele cenário. Assim, ele marginaliza a discussão sobre a raça no momento que escolhe não problematizar seus efeitos para a paz.

Mas não seria conveniente à branquitude, em razão de que questionar esses comportamentos seria um golpe fatal às epistemologias de ignorância, imanência e inocência. Isso porque, ao trazer à baila essas discussões, talvez o efeito nefasto da colonização se tornaria

visível, e seria preciso admitir que o branco ocidental não é inocente, que causou e continua causando sofrimento ao Outro, ao colonizado, àquele que não é branco. A partir disso, e considerando que Galtung é um dos estudiosos mais importantes para o campo dos Estudos para Paz, é possível o questionamento da influência da branquitude, a partir da epistemologia da ignorância, na construção de saberes nessa área.

De acordo com Foste e Irwin (2020, p.448), a epistemologia da ignorância “reforça a normatividade branca, facilitando a compreensão dos brancos de si mesmos como indivíduos e não como pessoas racializadas”. Ela é um recurso valioso para o domínio da supremacia branca pois facilita o trabalho da manutenção da dominação e torna possível o pleno aproveitamento dos espólios do racismo (MUELLER, 2020). Assim, essa epistemologia é entendida como um elemento central para a reprodução da supremacia branca (SABARATNAM, 2020).

No contexto de uma sociedade que carrega marcas de uma contínua exclusão e de violência contra as pessoas com base em sua aparência ou ascendência, a maneira encontrada para que o viés da ignorância fizesse sentido para os indivíduos foi através de um sistema de produção de conhecimento, que sustenta uma compreensão parcial, fragmentada e distorcida de como, onde e com que fim opera o racismo (RUTAZIBWA, 2016).

Dessa forma, a ignorância branca abrange tanto a falsa crença quanto a ausência de uma crença verdadeira. Assim, trata-se de um não saber que não é acidental, que cumpre papel causal e crucial para a dominação racial (MILLS, 2007). Embora sua operacionalização seja através do físico-biológico, a causalidade dos mecanismos para gerar e sustentar a ignorância branca é socioestrutural (MILLS, 2007). Nesse sentido, o controle da produção dos saberes a partir da colonialidade do conhecimento está profundamente ligada à epistemologia da ignorância. As duas são mecanismos utilizados pela branquitude para perpetuar os padrões coloniais de hierarquização racial e opressão, uma vez que

os conceitos nos orientam para o mundo, e é raro o indivíduo resistir a essa orientação herdada. Uma vez estabelecida na mentalidade social, é difícil escapar à sua influência, pois não se trata de ver o fenômeno com o conceito discretamente ligado, mas de ver as coisas através do próprio conceito. (MILLS, 2007, p. 27).

Ao questionar a formação de conceitos dentro de um determinado campo de estudos, Doty (1993) acredita que “o conceito de 'raça' é um exemplo particularmente pertinente de como estudar um conceito de uma certa maneira pode perpetuar um modo particular de pensar e, em um sentido importante, 'naturalizar' esse modo de pensar” (p.448).

Em qualquer disciplina que seja afetada pela raça, a perspectiva negra e conceitos teóricos tendem a ser apagadas, e os brancos citam outros brancos em um circuito fechado de autoridade epistêmica que reproduz os saberes brancos (MILLS, 2007). A ignorância branca não possui um aspecto individual, pelo contrário. Para Steinberg (2018), trata-se de uma amnésia coletiva em relação a séculos de conquistas, colonização e escravidão.

Assim, a memória individual, segundo Mills (2007), é auxiliada por uma memória social maior, que significa dizer que a amnésia individual é então auxiliada por uma amnésia coletiva maior. A edição das memórias brancas traz consequências concretas e práticas, pois “ela possibilita uma autorrepresentação na qual o privilégio branco diferencial e a necessidade de corrigi-lo não existem” (MILLS, 2007, p. 31). Em outras palavras, a mistificação do passado subscreve a mistificação do presente.

Mills (2007) entende que essas formas de ignorância não são acidentais ou aleatórias, mas propositais, uma vez que é necessário um esquema de cegueiras e capacidades estruturadas para estabelecer e manter a política branca. Segundo Mueller (2020), a ignorância branca não é apenas o reflexo de um ponto de vista limitado, mas sim um estado mental que as pessoas brancas são motivadas a buscar.

Assim, a ignorância branca, mais do que apenas um ponto cego, trata-se de uma vontade de não saber, torna-se uma postura estranha quando assumida por pesquisadores uma vez que são considerados os avatares do conhecimento (STEINBERG, 2018). Em outras palavras, “a ignorância branca requer esforço e dedicação reais em um mundo saturado de evidências de racismo e sofrimento, contradiscurso e resistência das pessoas de cor” (MUELLER, 2020, p.147).

Porém, não é necessário o engajamento dos brancos em um comportamento abertamente preconceituoso para que sejam considerados racistas, basta que se beneficiem dos arranjos institucionais que produzem o privilégio branco para se tornarem cúmplices na perpetuação de sistemas que servem aos interesses dos brancos (FOSTE; IRWIN, 2020). Ou seja, ao naturalizar, não enxergar ou resistir às discussões acerca da problematização de temas que

permeiam a raça ou desta como um elemento dentro das discussões, o branco está sendo racista, mesmo não discriminando abertamente aqueles que não são brancos.

Nesse sentido, a metodologia envolve fazer escolhas sobre quais perspectivas ou histórias são valorizadas ou desvalorizadas pelos estudiosos (HOWELL; RICHTER-MONTPETIT, 2020). Bhambra (2017) define a branquitude metodológica como uma falha em reconhecer e refletir sobre o papel estruturante da raça no mundo e uma tendência a tratar a experiência branca como universal. Assim, a branquitude metodológica naturaliza o *status quo* racial, omitindo o papel fundamental do racismo nos sistemas políticos e nas tradições intelectuais (HOWELL; RICHTER-MONTPETIT, 2020).

Conclusão

O objetivo do artigo foi investigar o conceito de branquitude, não como um fenômeno social, mas sim como um elemento político e ideológico enquanto formador de conhecimento no campo dos Estudos para a Paz. O estudo partiu do pressuposto de que a branquitude interfere na formação desse campo de estudos. Para os fins que a pesquisa se propôs, o trabalho apresentou uma estrutura de análise dos discursos produzidos na literatura a partir do posicionamento da branquitude, por meio de uma abordagem crítica da marginalização e ausência da discussão sobre raça na literatura dominante no campo dos Estudos para a Paz.

Para o melhor entendimento do leitor, o artigo foi dividido em duas seções. A primeira tratou sobre o conceito de branquitude, enquanto que a segunda contextualizou a forma como esse conceito atua na construção de saberes dentro do campo dos Estudos para a Paz com foco na epistemologia da ignorância. Diante do que foi exposto, pode-se referir algumas percepções.

A primeira é que, a partir da colonialidade do conhecimento, pode-se observar o controle europeu sobre a construção e produção de saberes, de modo universal e uniforme. Diante disso, os povos colonizados têm seus próprios conhecimentos relegados a um lugar de descrédito e classificados como não ciência.

A segunda é que a branquitude possui diversos mecanismos para a perpetuação do seu controle e poder na subjetividade de indivíduos e da coletividade. Desses mecanismos, um merece ênfase, a invisibilidade do branco como um ser racializado. Esse é o processo através do qual a branquitude garante a neutralidade sobre os Outros e assegura uma dificuldade de ser

percebida como um fenômeno, muito menos um que possa trazer consequências em tantas dimensões.

A terceira trata da epistemologia da ignorância como mais um dos mecanismos da branquitude para perpetuar seu poder, controle e hierarquização, mas não somente na dimensão social, como também no âmbito da formação e reprodução de conhecimento. Assim, é essencial e válido o questionamento acerca de quais as consequências para a promoção da paz a partir de uma construção de saberes branca.

Dessa forma, é necessário o aprofundamento do estudo crítico da influência da branquitude no campo dos Estudos para Paz, a partir de um esforço conjunto dos estudiosos para desmistificar a brancura do conhecimento e a epistemologia da ignorância dentro da construção de saberes.

Referências

ADOLF, A. *Peace: A World History*. Cambridge: Polity Press, 2009.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos do racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. São Paulo, 2002, 169 p. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.

BHAMBRA, G. K. Trump and 'methodological whiteness': on the misrecognition of race and class. *British Journal of Sociology*, v. 68, n. 1, p. 214-232, 2017.

DOTY, R. L. The Bounds of 'Race' in International Relations. *Journal of International Studies*, v. 22, n. 3, p. 443-461, 1993.

FOSTE, Z.; IRWIN, L. Applying critical whiteness studies in college student development theory and research. *Journal of College Student Development*, v. 61, n. 4, p.439-455, 2020.

GALTUNG, J. On the Effects of International Economic Sanctions: With Examples from the Case of Rhodesia. *World Politics*, v. 19, n. 3, p. 378-416, 1967.

GALTUNG, J. Twenty-five Years of Peace Research: ten challenges and some responses. *Journal of Peace Research*, v. 22, n. 2, p. 141-158, 1985.

GALTUNG, J. Violence, Peace and Peace Research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

HOWELL, A.; RICHTER-MONTPETIT, M. Is securitization theory racist? Civilizationism, methodological whiteness, and antiblack thought in the Copenhagen School. *Security Dialogue*, v. 51, n. 1, p. 03-32, 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistêmica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MILLS, C. W. *The Racial Contract*. 1 ed, New York: Cornell University Press, 1997.

MILLS, C. W. White Ignorance. In: SULLIVAN, S.; TUANA, N. (editores.) *Race and Epistemologies of Ignorance*. Albany: State University of New York Press, 2007, p. 11-38.

MITTELMAN, J. G. The Salience of Race. *International Studies Perspectives*, v. 10, n. 1, 2009, p. 99–107.

MUELLER, J. C. Racial Ideology or Racial Ignorance? An Alternative Theory of Racial Cognition. *Sociological Theory*, v. 38, n. 2, 2020, 142-169.

OLIVEIRA, G. C. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. *Carta Internacional*, v. 12, n. 1, p. 148–172, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 227-278.

RICHMOND, O. *Peace in International Relations*. Abingdon: Routledge, 2020.

ROGERS, P.; RAMSBOTHAM, O. Then and Now: peace research – past and future. *Political Studies*, v. 47, n. 4, p. 740-754, 1999.

RUTAZIBWA, O. U. From the Everyday to IR: In Defence of the Strategic Use of the R-word. *Postcolonial Studies*, v. 19, n. 2, 2016, p.191-200.

SABARATNAM, M. Is IR Theory White? Racialised subject-positioning in three canonical texts. *Journal of International Studies*, v. 49, n. 1, p. 3-31, 2020.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, P. E. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (Orgs.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 19-32.

STEINBERG, S. The whiteness of race knowledge: Charles Mills throws down the gauntlet. *Ethnic and Racial Studies*, v. 41, n. 3, 2018, 541-550.

STEPHENSON, C. M. Peace Studies, overview. In: *Encyclopedia of Violence, Peace and Conflict*. Cambridge: Academic Press, v. 2, 2008, p. 809-820.

TUCKER, K. Unraveling coloniality in international relations: knowledge, relationality, and strategies for engagement. *International Political Sociology*, v. 12, n. 3, 2018, p. 215-232.

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CAROLINE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 59-90.